

2026

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
SÃO VICENTE DE PAULO



[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

Instrumento que reflete a proposta educacional do Centro de Educação Infantil São Vicente de Paulo, expressando o planejamento do trabalho coletivo da comunidade escolar, cujas responsabilidades, pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

“Brincar não é perder tempo,
é ganhar desenvolvimento, autonomia
e aprendizagem para a vida.”
— Jean Piaget

SUMÁRIO

1. Apresentação	5
2. Dados da Unidade Escolar	5
3. Histórico	6
4. Missão	6
5. Diagnóstico.....	7
5.1. Resultados Finais do Ano Anterior	7
5.2. Análise SWOT.....	7
6. Objetivos	9
6.1. Objetivo Geral	9
6.2. Objetivos Específicos	9
7. Princípios Legais e Norteadores da Educação Básica.....	9
7.1. Princípios Legais	9
7.2. Princípios Epistemológicos.....	10
7.3. Princípios Didático-Pedagógicos	11
7.4. Princípios Éticos	12
7.5. Princípios Estéticos	12
8. Estrutura e Funcionamento da Instituição	12
8.1. Organização Administrativa e Pedagógica	13
8.2. Espaço Físico, Instalações e Equipamentos	13
8.3. Organização das Turmas e Participação Discente	14
8.3.1. Educação Infantil	14
8.3.2. AEE Atendimento Educacional Especializado.....	14
8.3.3. Regimento Escolar.....	15
8.3.4. Conselho de Classe	16
8.4. Recursos Humanos	16
8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica	16
8.4.2. Docentes	17
8.4.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais	18
9. Organização Curricular	20
9.1. Educação Infantil	20
9.2. Orientações Metodológicas e Ações Pedagógicas	22
10. Iniciativas Educacionais	27
10.1. Projetos Municipalizados e Institucionais	27
10.2. Projetos da Instituição.....	37
10.3. Temas Transversais	40
10.4. Sala Maker	41
11. Avaliação.....	41
11.1. Critérios de Avaliação	41
11.1.2. Educação Infantil	41
12. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição	43
13. Referências Bibliográficas.....	47
14. Ata de Aprovação	50
15. Anexos	52

1. Apresentação

A instituição tem como propósito assegurar à criança um atendimento socioeducativo de qualidade, que favoreça seu desenvolvimento integral, tanto no aspecto pessoal quanto no comunitário. Para isso, organiza situações de aprendizagem diversificadas, possibilitando à criança:

- ✚ Sentir-se segura, acolhida e respeitada no ambiente institucional;
- ✚ Desenvolver progressivamente sua autonomia, participando ativamente das atividades propostas, em cooperação com crianças e adultos;
- ✚ Interagir com o meio social, cultural, natural, histórico e geográfico de forma curiosa, atenta e significativa;
- ✚ Apropriar-se das diferentes linguagens produzidas pela humanidade (oral, escrita, matemática, corporal, plástica, musical, entre outras), utilizando-as para expressar pensamentos, sentimentos e necessidades, conforme suas capacidades e potencialidades.

A proposta pedagógica do Centro de Educação Infantil São Vicente de Paulo fundamenta-se na legislação vigente, especialmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Referenciais Curriculares da Educação Infantil e nas deliberações do Conselho Municipal de Educação.

Ao reconhecer a importância das experiências vivenciadas na primeira infância e compreender a educação como direito fundamental da criança, a instituição estrutura seu Projeto Político Pedagógico voltado ao atendimento das necessidades básicas de cuidado, educação, afeto e socialização, em parceria com a família e a comunidade, promovendo um ambiente favorável ao desenvolvimento integral.

Como síntese desta concepção, destaca-se a reflexão da professora Heloísa Marinho:

“O conhecimento da atividade criadora e do desenvolvimento natural da criança modificou o trabalho do professor de jardim de infância. A técnica rígida dos exercícios sensoriais pertence ao passado. Qual a missão da educadora? Não basta organizar materiais, conhecer arte, música, a natureza ou a psicologia infantil. A educadora precisa amar a criança e saber educá-la para a vida pela própria vida.”
(Heloísa Marinho, *Vida e Educação no Jardim de Infância*, 1967)

2. Dados da Unidade Escolar

Nome:		
Centro de Educação Infantil São Vicente de Paulo		
Endereço:		
Rua Padre José Borsato, nº16. Centro CEP 73850000		
Endereço Eletrônico:		
ceisaovicente@crystalina.go.gov.br		
Localização:		
Zona Urbana		
CNPJ:	Código INEP:	Forma de Manutenção:
01.797.430/0003-00	52046133	Convênio com a PMC
Lei de Criação: nº 2.192 de 09 de outubro de 2013		

Ato Autorizativo em Vigor: Resolução CME Nº 120 de 10 de dezembro de 2025, vigente até 10/12/2029.

Níveis e Modalidades Ofertados:

Educação Infantil – Creche
Educação Infantil – Pré-Escola

Turnos/Horário de Funcionamento Pedagógico:

Matutino – 7h30min às 11h30min
Vespertino – 13h às 17h
Integral – 7h30min às 17h

3. Histórico

O Centro de Educação Infantil São Vicente de Paulo foi fundado em 1969 por Frei Eustáquio, um dos mais humildes servos do Senhor, que, sensibilizado com as necessidades de sua comunidade, despertou em seu rebanho o compromisso de cuidar e amparar as crianças. Com o apoio de professoras, legionárias e catequistas — Waldete dos Santos Abadia, Ana Xavier Vilela e Maria José Ribeiro —, mobilizou-se toda a paróquia por meio da ASVP (Associação São Vicente de Paulo – Conferência São Sebastião).

A instituição, de natureza civil, sem fins lucrativos e de caráter social, educativo e caritativo, vinculada à Paróquia São Sebastião, foi criada com o objetivo de promover o bem-estar social e educacional da comunidade, sem qualquer forma de discriminação. Inicialmente, atendia crianças de 0 a 6 anos de idade, especialmente filhos de mães que trabalhavam durante todo o dia e não tinham com quem deixá-los.

No início de suas atividades, o atendimento tinha um caráter assistencial, oferecendo cuidado e proteção às crianças e adolescentes, além de atividades formativas, como oficinas de artesanato com pedras, cristais, madeira, entre outros. Ao mesmo tempo, buscava-se promover o desenvolvimento social e educacional de crianças, jovens, adultos e idosos da comunidade.

Com o passar dos anos, o Centro de Educação Infantil São Vicente de Paulo consolidou-se como uma instituição comprometida com o ideal de seu fundador, ampliando sua atuação e fortalecendo sua missão de oferecer uma educação de qualidade às crianças e suas famílias.

No período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014, a coordenação geral da instituição esteve sob a responsabilidade da pedagoga Angélica de Oliveira Gonçalves. Atualmente, a instituição é conveniada à Prefeitura Municipal de Cristalina e encontra-se sob a coordenação da pedagoga Adriana Ferreira Vasco Martins Neves, que assumiu a gestão em 2015, desenvolvendo um trabalho significativo voltado ao atendimento de aproximadamente 187 crianças, em regime de tempo integral e parcial.

4. Missão

O Centro de Educação Infantil São Vicente de Paulo é uma instituição de caráter social e educativo que tem como missão promover o bem-estar das crianças, assegurando-lhes um ambiente acolhedor, seguro e propício ao desenvolvimento integral. Compromete-se, ainda, a educar por meio da vivência e da construção de valores morais universais, contribuindo para que as crianças reconheçam e incorporem esses valores em suas vidas cotidianas.

Ao articular tais princípios com os normativos legais vigentes e ao valorizar o universo infantil como fonte de inspiração para suas práticas, a instituição consolida uma proposta pedagógica sensível,

significativa e alinhada às necessidades da infância. Desta forma, garante um ambiente educativo que favorece o acolhimento, a escuta, a criatividade e o desenvolvimento das potencialidades de cada criança.

O Centro de Educação Infantil São Vicente de Paula tem como missão formar crianças que se reconheçam como sujeitos históricos, capazes de pensar, agir e transformar a si mesmas e o mundo ao seu redor. Busca, portanto, contribuir para a formação de indivíduos curiosos, criativos, críticos, afetivos, autoconfiantes, sociáveis, respeitosos, autônomos e éticos, preparados para conviver em sociedade de maneira consciente e responsável.

5. Diagnóstico

5.1. Resultados Finais do Ano Anterior

Série	Matrícula Inicial	Transferidos	Evadidos	Matrícula Final	Aprovados	Reprovados	% Aprov.
Agrup. 1 ano	26	5	-	21	-	-	100
Agrup. 2 anos A	19	1	-	18	-	-	100
Agrup. 2 anos B	20	-	-	20	-	-	100
Agrup. 3 anos A	26	3	-	23	-	-	100
Agrup. 3 anos B	24	2	-	22	-	-	100
Agrup. 3 anos C	23	-	-	23	-	-	100
Agrup. 4 anos A	22	2	-	20	-	-	100
Agrup. 4 anos B	22	3	-	19	-	-	100
Agrup. 4 anos C	25	3	-	22	-	-	100

5.2. Análise SWOT

(Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças)

A Análise SWOT é uma ferramenta estratégica que visa identificar e compreender as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da escola, contribuindo para o planejamento e a tomada de decisões. A partir dessa análise, é possível traçar estratégias que potencializem os pontos fortes da instituição, minimizem os pontos fracos, aproveitem as oportunidades externas e enfrentem as ameaças, criando ações por meio de projetos ou outras iniciativas que impulsionem a transformação e o aprimoramento contínuo da escola.

Forças (Strengths) - Fatores internos -	Fraquezas (Weaknesses) - Fatores internos -
- Equipe comprometida: Profissionais dedicados ao cuidado e à educação das crianças.	- Limites e disciplina: Necessidade de fortalecer hábitos de convivência e respeito entre as crianças.

- Organização institucional: Integração entre portaria, cozinha, limpeza, gestão, coordenação e docentes.	- Uso excessivo de telas: Impacto na atenção e no comportamento das crianças.
- Reuniões com a equipe: Paradas Pedagógicas e Conselhos de Classe com pautas estruturadas, garantindo discussões consistentes e pertinentes ao alinhamento da equipe visando sempre à melhoria da qualidade da educação por meio da constante adequação das atividades propostas, bem como da busca por estratégias que oportunizem o desenvolvimento integral de todas as crianças.	
- Reuniões com os pais/responsáveis: Reuniões bimestrais realizadas por faixa etária para tratar de assuntos pertinentes ao desenvolvimento das crianças.	- Participação familiar desigual: Algumas famílias acompanham pouco a rotina escolar e participam pouco, ou não participam, das reuniões e das atividades promovidas pela instituição.
- Planejamento pedagógico intencional: Atividades baseadas na Base Nacional Comum Curricular, no Documento Curricular para Goiás – ampliado e no Plano Curricular Municipal.	
- Ambiente acolhedor e seguro: Espaço organizado que favorece o desenvolvimento infantil.	
- Atendimento à criança com deficiência: Promoção de educação com qualidade e equidade, respeitando as especificidades das crianças com deficiência, adequando não somente o ambiente, mas também a prática educativa.	
Oportunidades (Opportunities) - Fatores externos -	Ameaças (Threats) - Fatores externos –
- Formações da rede municipal: Capacitação contínua para professores e gestores.	- Uso precoce de tecnologias: Influência das telas no desenvolvimento infantil.
- Programas e projetos educacionais: Apoio pedagógico da Secretaria de Educação.	- Mudanças nas políticas educacionais: Possíveis impactos na organização da instituição.
- Parceria escola-família: Possibilidade de ampliar o diálogo e a participação.	- Desafios familiares contemporâneos: Rotinas familiares que podem afetar o acompanhamento das crianças.
- Integração da Computação na Educação, Desenvolvimento de habilidades de lógica, organização de ideias e resolução de problemas por meio de práticas pedagógicas voltadas à computação, com crianças de 3 e 4 anos, conforme orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC da Computação).	
- Parcerias com a iniciativa privada: Recursos adicionais para expandir programas como a Feira cultural.	

6. Objetivos

6.1. Objetivo Geral

Garantir que todas as crianças, em suas respectivas faixas etárias, tenham um desenvolvimento apropriado e adequado, assegurando o progresso nas habilidades essenciais para cada etapa da infância. Esse processo deve ocorrer de acordo com os princípios da BNCC, respeitando os limites, a história e a individualidade de cada criança, promovendo uma aprendizagem significativa por meio da linguagem infantil, valorizando o brincar, as interações e as experiências vivenciadas no cotidiano. Dessa forma, a criança é estimulada a desenvolver suas potencialidades de maneira integral, em um ambiente acolhedor e respeitoso, proporcionando experiências que gerem impactos positivos duradouros, contribuindo para a formação de crianças seguras, autônomas e preparadas para dar continuidade à sua trajetória educacional ao longo da vida.

6.2. Objetivos Específicos

Garantir o direito ao desenvolvimento das habilidades de forma equitativa, respeitando o ritmo e as particularidades de cada criança.

Buscar contemplar todas as habilidades por meio de uma linguagem acessível e significativa, utilizando práticas lúdicas que favoreçam a aprendizagem.

Incentivar o gosto pela escrita, ainda que de maneira não convencional, valorizando as hipóteses e produções infantis.

Promover o apreço pelo manuseio e pela leitura de livros, mesmo que não ocorram nos moldes tradicionais, estimulando o contato, a curiosidade e o prazer pelo universo da leitura.

Assegurar os direitos de aprendizagem das crianças, garantindo que todas tenham acesso às habilidades previstas, de maneira inclusiva, acolhedora e alinhada às suas necessidades de desenvolvimento.

7. Princípios Legais e Norteadores da Educação Básica

7.1. Princípios Legais

Dentre os documentos norteadores legais da Educação Básica estão a Lei nº [9.394/96](#), que estabelece atuais princípios e fins da educação brasileira definidos no título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, nos artigos 2º e 3º. O artigo 2º afirma que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Já, o artigo 3º reafirma o disposto no artigo 206 da CF, estabelecendo que o ensino será ministrado nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Lei nº 11.274/2006 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. O objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.

Normas foram estabelecidas pela Lei nº 12.796/2013, essa lei modifica a Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade. As redes municipais e estaduais de ensino tiveram até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral.

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Garantindo preferencialmente a ampliação do atendimento aos educandos na própria rede pública.

Houve ainda a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases, de dispositivo segundo o qual o ensino será ministrado, entre outros itens, em consideração com a diversidade étnico-racial.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes nas instituições escolares entre outros espaços e grupos de convívio.

7.2. Princípios Epistemológicos

As essências das ações educacionais serão pautadas na finalidade de assegurar o direito do aluno em obter um espaço propiciador para o seu desenvolvimento, fundamentado num projeto pedagógico, delimitador dos pressupostos teóricos condutores da dinâmica da instituição. Neste pressuposto a educação assume contornos que privilegiam o educando, suas vivências, seus valores e normas de agir, tendo visão de homem centrada na experiência, na vida e na atividade.

A educação deve ser essencialmente lúdica, prazerosa, fundada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando os alunos em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem a eles seu desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção interdisciplinar e totalizadora. As ações desenvolvidas devem fundamentar-se nos princípios de:

- 1) Educação ativa e relacionada com os interesses, necessidades e potencialidades do aluno;
- 2) Ênfase na aprendizagem através da resolução de problemas;
- 3) Ação educativa ligada à vida e não entendida como preparação para a vida;
- 4) Incentivo da solidariedade e não da concorrência.

Em síntese, a ação educativa da instituição de educação fundamental deve interpretar os interesses imediatos dos alunos e os saberes já construídos por eles, além de buscar ampliar o ambiente simbólico a que estão sujeitos, bem como comprometer-se em garantir o direito de estudante a que têm. Tomar parte no processo de educação para cidadania que envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros; implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação.

Levando-se em conta as atuais concepções sobre a proposta de educação inclusiva esta deve ser aplicada a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesta concepção a escola deve promover transformações que levem à inclusão social, preparando o educando com necessidades educacionais especiais, do ponto de vista cognitivo, com atendimentos pedagógicos específicos adaptados, a fim de permitir o desenvolvimento do aluno no sentido de que esse possa adquirir consciência do valor da escola para a sua formação, o convívio social, desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

7.3. Princípios didático-pedagógicos

Em conformidade com o art.22 e o art. 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Dessa forma, a instituição, como a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”.

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC interrelacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores. Essas competências gerais são:

COMPETÊNCIAS GERAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

7.4. Princípios Éticos

O princípio Ético propõe uma educação baseada na justiça, solidariedade, liberdade, autonomia, de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

7.5. Princípios Estéticos

O princípio Estético propõe o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidade plurais e solidárias.

8. Estrutura e Funcionamento da Instituição

8.1. Organização Administrativa e Pedagógica



8.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos

Dependências	Quantidade	Condições de Utilização	
		Adequado	Inadequado
Diretoria	01	X	-
Secretaria	01	X	-
Sala de professores	01	X	-
Sala de coordenação pedagógica	01	X	-
Sala de leitura ou biblioteca	01	X	-
Sala de TV e vídeo	01	X	-
Sala de informática	00	-	-
Sala de Recursos/AEE	00	-	-
Sala de ciências / laboratório	00	-	-
Auditório	00	-	-
Sala de aula	08	X	-
Almoxarifado	01	X	-
Depósito de material de limpeza	01	X	-
Dispensa	02	X	-
Refeitório	01	X	-
Pátio coberto	02	X	-
Quadra de esportes descoberta	01	X	-

Quadra de esportes coberta	00	-	-
Cozinha	01	X	-
Sanitário dos funcionários	01	X	-
Sanitário dos alunos	06	X	-
Sanitário adaptados para crianças e/ou deficientes.	02	X	-
Rampas	06	X	-
Corrimão	01	X	-

8.3. Organização das turmas e Participação Discente

8.3.1. Educação Infantil

Período Matutino				Período Vespertino				Período Integral			
Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m²	Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m²	Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m²
								1 e 2 anos	única	20	83,16
								2 anos	A	18	40,18
								2 anos	B	23	86,66
								3 anos	A	18	53,53
								3 anos	B	19	56,88
								3 anos	C	18	47
4 anos	A	18	33,32	4 anos	C	18	33,32				
4 anos	B	15	38,40	4 anos	D	20	38,40				
TOTAL DISCENTE	02	33	-	TOTAL DISCENTE	02	38	-	TOTAL DISCENTE	06	116	-

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2026 – Sistema MegaEduca

8.3.2. AEE – Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atende o público-alvo da Educação Especial na instituição, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. O AEE é realizado em uma sala de recursos multifuncionais (SRM). As crianças que necessitam de atendimento educacional especializado fazem acompanhamento com profissionais em clínicas particulares (opção dos pais), uma vez que a Assessoria do Ensino Especial oferta atendimento na sala do AEE na escola municipal Paroquial São Vicente de Paulo que se localiza no endereço ao lado do CEI; na APAE ou em outras escolas conforme as vagas e a disponibilidade dos pais, uma vez que ainda não possuímos sala do AEE com profissionais especializado na Instituição.

Atualmente atendemos a 7 crianças com deficiência sendo elas: André Luiz Ferreira Mendes (Transtorno do Espectro Autista - CID 11: 6A02), Anny Tereza da Costa Moscôso Araújo (Transtorno Global do Desenvolvimento), Antônio Sebastião Fernandes Freitas (Transtorno do Espectro Autista CID – 10: F84.8/ CID – 11: 6ª02), Bento Moreira Melo (Transtorno Global do Desenvolvimento), Maria Cecília Ferreira Costa Godoi (Transtorno do Espectro Autista CID-10:F84.8), Miguel França Calixto (Transtorno

do Espectro Autista), Vycktor Kaell Alves Pereira Gouvea Santana dos Reis (Transtorno do Espectro Autista CID 11: 6A02).

O AEE ocorre em períodos específicos por semana, no contra turno. Em outros momentos, o profissional também realiza um diálogo constante com professores e estudantes.

Não é um reforço e nem uma sala em separado. O AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o educador da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante.

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes/crianças público-alvo da Educação Especial;

II- Elaborar e executar Plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, bem como, elaborar o Plano Anual do Atendimento Educacional Especializado;

III- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes/crianças na sala de recursos multifuncionais;

IV- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V- Estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante/criança;

VII- Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes/crianças, promovendo autonomia e participação;

VIII- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes/crianças nas atividades escolares, auxílio na elaboração e adequações curriculares e de ambiente.

IX – Realizar o Estudo de Caso e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, homologado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em novembro de 2024.

8.3.3. Regimento Escolar

O regimento escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

O Regimento é uma reflexão que a escola tem sobre si mesma, baseado em princípios democráticos, de acordo com a legislação e a ordem que é aplicada no país, estado e município.

A resolução do Conselho Municipal de Educação nº 06/2025 aprova o Regimento Escolar do Sistema Municipal de Educação, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.590/2022, que estabelece as diretrizes para o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino.

8.3.4. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno.

No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar. Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de alunos, professores e da instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem. Ele é um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

A equipe pedagógica deve ter em mente os alvos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados no processo de aprendizagem dos alunos. Esses alvos devem abranger atitudes de participação, respeito e responsabilidade; construção de conhecimento e apreensão de conteúdos e conceitos; e formação do caráter e da cidadania. Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares.

O Conselho de Classe, para cumprir sua função, exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada aluno, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles.

É necessário que enquanto os alunos têm seu desenvolvimento avaliado, os professores também reflitam sobre a necessidade de reformular as práticas educativas a fim de levar sugestões para somar às reflexões que serão realizadas durante o Conselho de Classe. O processo dessa participação estudantil no conselho começa com os representantes de classe reunindo as opiniões sobre a postura de cada professor com a sala e da dinâmica de seu trabalho. Após o levantamento do que gostariam que fosse mantido e do que é passível de melhora, acontece o pré-conselho. Nele, representantes de sala se reúnem com a equipe gestora para relatar as dificuldades da turma com cada professor, apontar as melhorias desde as considerações do último conselho e também apontar os alunos que precisam de mais atenção.

É importante salientar que para que o Conselho de Classe seja contabilizado como dia de efetivo trabalho escolar, integrantes dos dias letivos, devem obrigatoriamente seguir o que preconiza a Resolução CME nº 82 de 28/08/2024, no que concerne ao art. 7º, inciso I, onde lemos: As atividades escolares que compõem o dia de efetivo trabalho escolar se caracterizarão por toda e qualquer programação incluída no Projeto Pedagógico da escola, sempre com frequência exigível dos discentes, independente do quantitativo e efetiva orientação, presença e participação de professores habilitados.

8.4. Recursos Humanos

8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica

Função	Nome	Formação Nível/área	Situação Funcional
Coordenadora Geral	Adriana Ferreira Vasco Martins Neves	Superior/Letras e Pedagogia	Efetivo

Auxiliar De Secretaria	Ionara Maria Lopes da Costa	Ensino Superior Completo/ Graduação Em Gastronomia/ Pós Graduação em Administração E Recursos Humanos	Contrato
Coord. Pedagógica Matutino	Márcia Aparecida Barbosa Santos	Licenciatura/Pedagogia/ Pós Graduação em Educação Infantil.	Efetivo
Coord. Pedagógica Vespertino	Geovanna Ricardo Montalvão	Licenciatura/Pedagogia	Estágio probatório

FONTE: Modulação 2026

8.4.2. Docentes

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série/ turno	Situação Funcional
Maria Angélica Alves Maciel	Ensino superior completo(pedagogia)/ pós em educação infantil, alfabetização e letramento	Agrupamento de 1 Ano Matutino	PSS
Elizângela José de Brito Santos	Ensino superior completo(pedagogia)/ pós educação especial e inclusiva com ênfase em surdez e libras	Agrupamento de 1 Ano Vespertino	Efetivo
Míria Marta da Mota	Licenciatura/Pedagogia	Agrupamento de 2 Anos A Matutino	PSS
Eduarda Lima dos Reis	Ensino superior completo(pedagogia)/ pós em gestão escolar, alfabetização e letramento	Agrupamento de 2 Anos A Vespertino	PSS
Daiane Aparecida Oliveira Toledo	Ensino superior completo(pedagogia)/ pós psicopedagogia clínica e institucional	Agrupamento de 2 Anos B Matutino	PSS
Kamila Pimentel de Paiva Santos	Licenciatura/Pedagogia	Agrupamento de 3 Anos A Matutino	Efetivo
Larissa Caixeta Tenório	Licenciatura/Pedagogia	Agrupamento de 3 Anos A Vespertino	PSS
Nívia Verissimo Machado	Ensino superior completo(pedagogia)/ pós em docência no ensino	Agrupamento de 3 Anos B Matutino	PSS

	superior e psicomotricidade		
Elizane Alves Miranda	Ensino superior completo(pedagogia)/ pós em docência no ensino superior, alfabetização, letramento (ensino infantil, ensino fundamental I e II)	Agrupamento de 3 Anos B Vespertino	PSS
Elizângela José de Brito Santos	Ensino superior completo(pedagogia)/ pós educação especial e inclusiva com ênfase em surdez e libras	Agrupamento de 3 Anos C Matutino	Estágio probatório
Adenilda Pereira Dias	Ensino superior completo(pedagogia)/ pós educação infantil anos iniciais e psicopedagogia	Agrupamento de 3 Anos C Vespertino	PSS
Rayane Borges Chaves	Ensino superior completo(pedagogia)/ pós em psicopedagogia/ pós em orientação educacional e educação inclusiva	Agrupamento de 4 Anos A Matutino	Efetivo
Adriana Vieira Neves Novais	Ensino superior completo(pedagogia)/ pós educação infantil anos iniciais e psicopedagogia	Agrupamento de 4 Anos B Matutino	PSS
Victória Regina Ribeiro de Sousa	Licenciatura/Pedagogia	Agrupamento de 4 Anos C Vespertino	PSS
Laurentina Alves de Faria	Licenciatura/Pedagogia	Agrupamento de 4 Anos D Vespertino	PSS

FONTE: Modulação 2026

8.4.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais

Nome	Formação	Atuação	Situação Funcional
Adriana da Silva Pereira Magalhães	Ensino Médio Completo	Vigia Escolar	Contrato
Aline da Paixão Almeida	Ensino Médio Completo	Aux. de Serviço Gerais	Contrato

Ana Luiza Leandro de Souza	Ensino Superior/ Cursando Enfermagem	Aux. de Sala	IEL
Ana Paula Sales Gonçalves	Cursando 2º Ano do Ensino Médio	Aux. de Sala	IEL
Benedita Irani Alves de Lima	Ensino Médio Completo	Aux. de Serviço Gerais	Efetivo
Claúdia Gonçalves de Oliveira	Ensino Superior Completo/Pedagogia	Aux. de Serviço Gerais	Efetivo
Dario Silvio Souza Cardoso	Ensino Médio Completo	Vigia Escolar	Contrato
Elisângela Ribeiro da Silva	Ensino Médio Incompleto	Aux. de Serviço Gerais	Contrato
Emanuelly dos Reis Ribeiro	Ensino Superior/ Cursando Pedagogia	Aux. de Sala	IEL
Emilly Gonçalves de Oliveira	Ensino Superior/ Cursando Enfermagem	Aux. de Sala	IEL
Estéfany dos Santos Xavier	Ensino Médio Completo	Aux. de Sala	Contrato
Fabyanny Farias dos Santos	Cursando 2º Ano do Ensino Médio	Aux. de Sala	IEL
Flaviana Paes dos Santos	Ensino Médio Completo	Aux. de Serviço Gerais	Contrato
Gabrielly Gonçalves Felix	Ensino Superior/ Cursando Direito	Aux. de Sala	Contrato
Hytouanny Vitória das Neves Soares	Ensino Superior/ Cursando Administração	Aux. de Sala	IEL
Lidiane Thalita Gonçalves Silva	Ensino Médio Completo	Aux. de Serviço Gerais	Contrato
Márcia Aparecida da Silva Barroso	Ensino Médio Completo	Merendeira	Contrato
Maria Amélia Caixeta Dantas	Cursando 3º Ano do Ensino Médio	Aux. de Sala	IEL
Maria Luiza Souza Soares	Ensino Médio Completo	Aux. de Sala	Contrato
Marilene de Oliveira	Ensino Médio Completo	Aux. de Cozinha	Contrato
Mary Lúzia do Vale Barbosa Dias	Ensino Superior Completo/Pedagogia	Aux. de Sala	Contrato
Michelly Bezerra de Araújo Almeida	Ensino Médio Completo	Aux. de Serviço Gerais	Contrato
Poliane Alves de Queiroz	Ensino Médio Completo	Aux. de Cozinha	Contrato

Rafaela Freire de Lima	Ensino Superior/ Cursando Administração	Aux. de Sala	IEL
Rosilene de Oliveira Moreira	Ensino Médio Completo	Aux. De Serviços Gerais	Contrato
Yasmin Nunes Cardoso	Cursando 2º Ano do Ensino Médio	Aux. de Sala	IEL
Yuri Melo Mota	Cursando 2º Ano do Ensino Médio	Aux. de Sala	IEL
Zanete Alves Felipe	Ensino Médio Completo	Merendeira	Contrato

FONTE: Modulação 2026

9. Organização Curricular

9.1. Educação Infantil

Os conteúdos curriculares da Educação Infantil são determinados a partir de definições das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, **Resolução** CME nº 112 de 30 de outubro de 2019.

Em síntese estão pautados na definição de criança como “sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, e, nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
 - Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
 - Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
 - Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza o Plano Curricular da Educação com seus respectivos objetivos de aprendizagens:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. É importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. A imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais; procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstam também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos

de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

9.2. Orientações Metodológicas e Ações Pedagógicas

Tema: Plano Curricular Municipal alinhado à BNCC (PCM)

Orientação Metodológica:

Direciona a construção do currículo da escola, assegurando que todas as práticas pedagógicas estejam alinhadas às diretrizes da BNCC.

Ação Pedagógica:

Orienta o planejamento de aulas e atividades de forma a garantir que os conteúdos abordados atendam às competências e habilidades previstas na BNCC. O PCM é encontrado no diários eletrônico do sistema MegaEduca.

Tema: Programa AlfaMais Goiás – Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada

Orientação Metodológica:

Oferece um modelo pedagógico focado na alfabetização eficiente no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, voltado para o letramento e a formação dos professores da Pré-escola.

Ação Pedagógica:

Implementação de práticas pedagógicas voltadas ao letramento, oportunizando diariamente o contato com o mundo letrado, bem como o acompanhamento contínuo dos educadores e a autoavaliação da práxis pedagógica.

Tema: Planejamento Semanal

Orientação Metodológica:

O Planejamento Semanal do professor é essencial para garantir a organização e a eficácia das práticas pedagógicas. Alinhado ao plano curricular municipal, ele permite ao docente planejar e executar as atividades de acordo com as competências e habilidades estabelecidas para cada etapa da educação. O uso de livros didáticos e plataformas digitais, que oferecem avaliações contínuas e testes de fluência, assegura que o professor acompanhe o progresso dos alunos e ajuste suas estratégias de ensino. Além disso, a inserção do **pensamento computacional** e da **consciência ambiental**, previstos

na Matriz Curricular Municipal (encontrado no diário sistema MegaEduca), contribui para a formação de alunos preparados para os desafios tecnológicos e socioambientais do futuro.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com o planejamento do professor, alinhado ao **Plano Curricular Municipal (PCM)**. Este planejamento inclui o uso **dos livros didáticos, o Livro LEIA e as plataformas digitais**, com foco em avaliações contínuas e atividades que promovam o desenvolvimento das habilidades dos alunos. O professor deve ajustar suas práticas de ensino com base nas respostas dos alunos ao conteúdo e nas estratégias aplicadas em sala de aula, assegurando a evolução de todos os estudantes. Além disso, o planejamento deve incorporar o **pensamento computacional**, que estimula o desenvolvimento de habilidades lógicas e tecnológicas, e a **consciência ambiental**, que sensibiliza os alunos sobre a importância da sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, temas que fazem parte do PCM. Dessa forma, o professor cria um ambiente de aprendizagem que vai além do conteúdo tradicional, preparando os alunos para as demandas do futuro.

Tema: SIAM

Orientação Metodológica: O SIAM oferece recursos que permitem aos educadores fazer a autoavaliação de sua práxis, analisando as suas ações pedagógicas, seus pensamentos e seu desempenho. É uma ferramenta de autoconhecimento que viabiliza o crescimento profissional.

Ação Pedagógica: Com base nas informações fornecidas pelo SIAM, os professores podem analisar a prática pedagógica, identificar necessidades de intervenção, planejar ações pedagógicas de acordo com as habilidades a serem desenvolvidas, implementar atividades de acordo com a BNCC e avaliar continuamente a eficácia dessas ações, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficaz e personalizado.

Tema: Parada Pedagógica/Reflexão Pedagógica

Orientação Metodológica:

- 1- Promover a formação contínua do professor
- 2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas
- 3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas
- 4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica
- 5 - Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas
- 6-Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros
- 7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas

Ação Pedagógica:

1- Promover a formação contínua do professor:

Incentivar a reflexão crítica do professor sobre sua prática docente, permitindo que ele reconstrua seus processos e escolhas pedagógicas a partir dessa reflexão.

2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas:

Realizar reuniões com objetivos claros e diretos, mas também oferecer espaço para dinâmicas e atividades interativas que promovam o aprendizado colaborativo e a melhoria do relacionamento entre os professores.

3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas:

Definir diretrizes claras para garantir que as Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas sejam efetivos momentos de formação continuada e orientação pedagógica.

4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica:

As Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas devem ocorrer no horário letivo regular, conforme o Calendário Municipal, respeitando a rotina escolar e sem prejudicar o funcionamento das instituições.

5- Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas:

Quando o Conselho Escolar participar, a presença dos alunos não será obrigatória nesses momentos, permitindo que a formação seja focada no desenvolvimento dos educadores.

6- Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros:

Planejar as Paradas Pedagógicas com metas e objetivos bem definidos pelo Departamento Pedagógico da SME, garantindo que sejam momentos de formação contínua e alinhados com as necessidades pedagógicas.

7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas:

As Paradas Pedagógicas devem incluir todos os funcionários da escola, não se limitando aos professores, promovendo uma abordagem colaborativa e integrada em toda a instituição.

Tema: Formação Continuada**Orientação Metodológica:**

Visa promover o aprimoramento constante dos professores, com foco no desenvolvimento profissional e na atualização pedagógica.

Ação Pedagógica:

Realização de cursos, oficinas e encontros formativos periódicos para os educadores, com foco em novas metodologias de ensino, práticas de alfabetização, estratégias de inclusão e demais conteúdos que favoreçam o desenvolvimento da prática pedagógica e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Tema: Busca ativa**Orientação Metodológica:**

A busca ativa é essencial para garantir a permanência e o engajamento dos estudantes na escola, especialmente aqueles em risco de evasão. A chamada diária é uma prática fundamental, pois permite detectar ausências rapidamente. Além disso, é imprescindível que o professor ou coordenador informe, diariamente, aos pais ou responsáveis sobre a falta do aluno, seja por celular ou por mensagem no grupo de WhatsApp da série do(a) aluno(a). Essa comunicação imediata contribui para que a família seja alertada e possa tomar as providências necessárias para garantir a frequência escolar e evitar que a criança se desvie para outros lugares no caminho para a escola ou fique exposta a outros riscos. A colaboração com o Conselho Tutelar e o preenchimento da ficha AMAI são passos importantes para registrar e monitorar situações de extrema ausência, possibilitando uma resposta eficiente e direcionada.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica deve incluir uma série de intervenções diretas e específicas para combater as ausências. Quando um aluno falta, a escola deve imediatamente entrar em contato com a família, seja por telefone ou através do grupo de WhatsApp de sua turma, para entender as razões da falta e

oferecer apoio. O preenchimento da ficha AMAI (Acompanhamento de Menores em Atendimento Individual) deve ser feito para registrar situações de extrema de ausência e, com isso, oferecer uma resposta mais eficiente e direcionada. Outra ação importante é o envolvimento do Conselho Tutelar, caso identifique-se alguma situação de risco mais grave. A integração desses esforços é essencial para garantir que as crianças não falem à aula, pois cada ausência prejudica o seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Ainda, a coordenação de cada escola deve transferir as faltas semanais pelo Sistema MegaEduca e informar aos responsáveis que o número de ausência leva à reprovação por faltas.

Tema: Campanha de Renovação de Matrículas

Orientação Metodológica:

A renovação de matrícula é um processo essencial para a continuidade da educação e organização das turmas. A matrícula não ocorre automaticamente e requer a assinatura dos pais na ficha de renovação, além da entrega de documentos como a comprovação de vacinação. Muitos pais/ou responsáveis têm alegado não ter recebido o comunicado da escola ou acreditado que a renovação seria automática, resultando em um número elevado de matrículas não renovadas. Quando as aulas começam, e os pais buscam tardiamente regularizar a matrícula, as vagas muitas vezes já estão ocupadas por alunos novatos. O não cumprimento dessa importante etapa afeta a organização interna da escola e os registros no sistema MegaEduca, impactando o planejamento das turmas e a contagem de alunos na rede municipal de ensino.

Ação Pedagógica:

A fim de evitar essas complicações e garantir que todos os alunos continuem suas atividades escolares sem interrupções, a escola vai reforçar a **Campanha de Renovação de Matrículas**, com o objetivo de informar e engajar os pais e responsáveis no processo, esclarecendo sobre a importância de manter a matrícula renovada dentro do prazo.

Ações da campanha:

- 1- **Comunicação proativa:** Serão enviados comunicados mais frequentes, via diversos canais (como bilhetes, redes sociais, grupos de whatsapp da turma, pulseirinhas ou crachás de papel...) para reforçar a necessidade da renovação de matrícula.
- 2- **Prazos claros:** Estabelecimento de prazos específicos e divulgação de datas de forma antecipada, para evitar confusões e omissões.
- 3- **Suporte na regularização:** A escola estará disponível para fornecer informações sobre os documentos necessários e oferecer apoio na obtenção da declaração de vacinação, como parceria com os postinhos de saúde.
- 4- **Acompanhamento de casos específicos:** Para as famílias que têm dificuldade em comparecer à escola dentro do horário estipulado ou que se recusam a ir, será feita uma ação de sensibilização para que essas questões sejam resolvidas a tempo.

Tema: Acolhida

Orientação Metodológica:

A acolhida na escola é um componente essencial para o estabelecimento de um ambiente seguro e acolhedor para alunos e responsáveis. Desde o momento da entrada, seja no portão, na secretaria, na sala da coordenação ou nas reuniões de pais, a forma como a comunidade escolar recebe a todos reflete o compromisso da escola com o bem-estar e desenvolvimento dos estudantes. Uma recepção calorosa e atenciosa, mesmo diante de possíveis adversidades, é fundamental para minimizar conflitos e promover um ambiente de confiança, que contribui diretamente para o bom desempenho escolar. A comunicação eficaz e respeitosa é uma prática que fortalece o relacionamento entre a escola e a família, evitando mal-entendidos e criando uma base sólida para a parceria educacional.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com a criação de um ambiente acolhedor e receptivo desde a chegada dos alunos e seus responsáveis, refletindo na prática pedagógica o respeito e a empatia pela comunidade escolar. A comunicação com os pais deve ser contínua e eficaz, garantindo que suas demandas sejam atendidas prontamente, sem que precisem sair da escola com pendências. Isso fortalece a confiança e o compromisso tanto dos alunos quanto dos pais com o processo educacional. Além disso, ao cultivar uma relação socioafetiva e emocional positiva, a escola contribui para o desenvolvimento emocional dos alunos, o que é fundamental para seu aprendizado e sucesso. O acolhimento e a valorização da família são essenciais para fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade, criando um ambiente de aprendizagem mais saudável e eficaz.

Tema: Intervenção Pedagógica**Orientação Metodológica:**

- 1- Acompanhamento das rotinas
- 2- Padronização das atividades
- 3- Correção de atividades
- 4- Dificuldades de aprendizagem
- 5- Registro de situações atípicas
- 6- Exposição de materiais nas salas de aula
- 7- Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização
- 8- Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos
- 9- Conhecimento da BNCC
- 10- Comprometimento com a formação continuada
- 11- Gestão da hierarquia e normas escolares
- 12 - Organização do ambiente escolar

Ação Pedagógica:**1- Acompanhamento das rotinas:**

Os Coordenadores devem realizar o acompanhamento de rotinas como diários, planejamentos, etc., bem como registrar as observações referentes à rotina de planejamento e registro de aulas, entre outros.

2- Padronização das atividades:

Padronizar a apresentação das atividades com cabeçalhos, margens e organização. Se os professores forem caprichosos, ensinarem as crianças, elas também o serão.

3- Correção de atividades:

Na Educação Infantil, a correção deve ser feita preferencialmente na presença da criança, como momento de construção de aprendizagem.

4-Dificuldades de aprendizagem:

As dificuldades de aprendizagem devem ser trabalhadas pelo professor regente de turma, sob orientação do coordenador pedagógico, utilizando diferentes formas e recursos de ensino, sempre procurando promover o aprendizado da criança.

5-Registro de situações atípicas:

Registrar todas as situações atípicas ao cotidiano escolar.

6-Exposição de materiais nas salas de aula:

O coordenador pedagógico deve zelar para que a exposição de materiais em sala de aula seja de possível acesso para a criança, respeitando sua altura.

7-Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil:

Na Educação Infantil em observância aos campos de experiência, evitar o excesso de atividades xerocadas e/ou repetitivas. A criança deve ser levada a pensar e construir.

9-Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos:

Considerar a criança ativa, exploradora e criadora de sentidos, utilizando espaços que deem apoio aos seus movimentos, que incentivem sua autoria e autonomia, e contribuam para a diversificação de suas possibilidades.

10-Conhecimento da BNCC:

O coordenador pedagógico deve conhecer e garantir que os professores conheçam a abordagem curricular da BNCC e os direitos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil.

11-Comprometimento com a formação continuada:

O coordenador pedagógico deve comprometer-se e garantir que os professores se comprometam com ações que visem implementar os paradigmas refletidos durante as formações continuadas.

12-Gestão da hierarquia e normas escolares:

A instituição tem uma hierarquia, normas a serem seguidas, bem como seus profissionais. Os comportamentos que prejudicam o bom andamento da instituição ou que ferem a harmonia escolar devem ser geridos com firmeza, observando os aspectos legais, os princípios da boa convivência e do respeito. O registro cientificado e testemunhado é um documento.

13-Organização do ambiente escolar:

Cuidar para que o ambiente não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente atraem e motivam.

10. Iniciativas Educacionais

10.1. Projetos municipalizados e institucionais

PROJETO COMBATE AO BULLYING	
Proponente:	Escolas Cumprir Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015.
Justificativa:	O bullying e o cyberbullying têm um impacto negativo no ambiente escolar e no bem-estar das crianças. Este projeto visa promover a conscientização sobre o tema, criando um ambiente mais seguro e acolhedor, com foco na prevenção e combate dessas práticas, além de incentivar o respeito às diferenças e a construção de uma cultura de paz.

Objetivo Geral:	Promover a conscientização e prevenção ao bullying e ao cyberbullying no ambiente escolar, criando espaços de diálogo, mobilizando alunos, pais e professores, e incentivando a construção de uma cultura de paz, respeito às diferenças e empatia entre todos os membros da comunidade escolar.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> * Espaços de escuta: Rondas de conversa com os alunos, professores e funcionários para discutir o bullying e cyberbullying. * Atividades pedagógicas: Oficinas e concursos sobre bullying, utilizando artes e literatura. * Formação: Palestras e workshops para professores e pais sobre prevenção e identificação de bullying. * Campanhas de conscientização: Divulgação de materiais informativos sobre o tema. * Apoio psicológico: Atendimento individualizado para alunos que necessitem de apoio.
Público-alvo:	Alunos da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> * Aumento da conscientização sobre bullying e cyberbullying. * Redução dos casos de bullying na escola. * Ambiente escolar mais seguro e acolhedor. * Promoção de uma cultura de paz e respeito. * Maior engajamento de pais e professores no combate ao bullying.
	<p>Visite o perfil de instagram: https://www.instagram.com/mineducacao/ <i>Post: Escola que protege</i></p>

RESGATANDO O CIVISMO - SEMANA DA PÁTRIA

Proponente:	SME e escolas
Justificativa:	Promover o civismo e a valorização da história e da cultura nacional.
Objetivo Geral:	Reforçar a importância dos símbolos nacionais e da Independência. A Semana da Pátria é comemorada no Brasil entre os dias primeiro e sete de setembro, e tem o objetivo de lembrar a Independência do Brasil, declarada por Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga no dia sete de setembro de 1822.
Metodologia:	Atividades e eventos comemorativos, palestras, desfiles e apresentações.
Público-alvo:	Alunos do 1º ao 9º e comunidade.
Resultados esperados:	Valorização da história e cultura nacional, fortalecimento do civismo nas escolas e comunidade.

-SEMANA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER- -DIA INTERNACIONAL DA MULHER- -03 a 09 de março-

Proponente:	Governo Federal, Movimentos Sociais, ONGs e Organizações de Direitos Humanos e escolas
Justificativa:	Sensibilizar a comunidade escolar sobre a violência contra a mulher e promover o respeito e a igualdade de gênero.
Objetivo Geral:	Combater a violência de gênero e promover a igualdade e o respeito mútuo.
Metodologia:	Palestras, campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.

Resultados esperados:	conscientização sobre violência contra a mulher, promoção de uma cultura de respeito e igualdade.
------------------------------	---

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA

-21 a 28 de agosto-

Proponente:	Governo Federal (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) e Organizações da Sociedade Civil
Justificativa:	Sensibilizar a sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo sua inclusão e cidadania.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social, a acessibilidade e a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.
Metodologia:	Realização de eventos educativos, palestras, rodas de conversa, campanhas de conscientização, exposições e ações inclusivas.
Público-alvo:	Pessoas com deficiência intelectual e múltipla, suas famílias, educadores e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Maior inclusão social, sensibilização sobre os direitos das pessoas com deficiência e promoção da igualdade.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

-20 de novembro-

Proponente:	Movimentos Sociais, Entidades Negras, Governo Federal
Justificativa:	Refletir sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira e destacar a luta contra o racismo e discriminação. Homenagear Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, e ressaltar a importância das discussões e ações para combater o racismo e a desigualdade social, especialmente no Dia da Consciência Negra e no mês de novembro. Além disso, celebrar a cultura afro-brasileira e os avanços na luta do povo negro.
Objetivo Geral:	Promover reflexões sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira, destacando a luta contra o racismo e a discriminação, e celebrando a cultura afro-brasileira.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> * Desenvolver projetos antirracistas dentro da escola, promovendo ações de conscientização com a comunidade escolar e além dos muros da instituição. * Incentivar a disseminação de mensagens antirracistas, ampliando o alcance da reflexão para fora da escola. *Trabalhar com os estudantes para que reconheçam a existência do racismo e compreendam a necessidade urgente de combatê-lo, dando visibilidade à temática em diferentes contextos.
Público-alvo:	Estudantes, educadores, comunidades escolares e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Valorizar a cultura afro-brasileira, aumentar a conscientização sobre o racismo e promover a igualdade de direitos.

COMBATE AO RACISMO E AO PRECONCEITO RACIAL

Proponente:	Governo Federal - Lei nº 10.639/03
Justificativa:	A lei surge como resposta à luta histórica do movimento negro no Brasil, com o objetivo de combater o racismo e o preconceito racial. Busca promover a

	valorização da história e cultura afro-brasileira, reconhecendo sua importância na construção da sociedade brasileira e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.
Objetivo Geral:	Tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas, visando promover a reflexão sobre a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira e no combate ao racismo, preconceito étnico-racial e discriminação social.
Metodologia:	A implementação deve ser feita através da integração do conteúdo sobre a história e cultura afro-brasileira aos currículos escolares, com ênfase nas disciplinas de literatura, história e educação artística. A utilização de personagens e narrativas afro-brasileiras e afrodiáspóricas contribui para o afroletramento, tornando o ensino mais dinâmico, representativo e conectando os estudantes com a realidade histórica e cultural negra.
Público-alvo:	Estudantes do Ensino Fundamental
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> • Maior conscientização e valorização da história e cultura afro-brasileira entre os estudantes. • Contribuição para a formação de uma sociedade mais inclusiva, com respeito à diversidade e ao combate ao racismo. • Desenvolvimento de uma educação mais crítica e reflexiva, com a construção de um currículo que reflita a pluralidade e as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes. • Criação de um ambiente educacional que favoreça a igualdade racial e a inclusão social, preparando os jovens para um futuro mais justo e igualitário.

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E INCLUSÃO

Proponente:	Governo do Estado de Goiás - Secretaria de Educação, em parceria com escolas e organizações de promoção da igualdade racial.
Justificativa:	A desigualdade racial no Brasil, e em particular em Goiás, tem raízes históricas profundas, que se refletem na discriminação, falta de acesso e na marginalização de grupos étnicos e raciais, como a população negra e indígena. No ambiente escolar, essa desigualdade se traduz em evasão escolar, baixa performance educacional e barreiras no acesso a oportunidades iguais. O combate ao racismo e à exclusão racial nas escolas é, portanto, uma necessidade urgente para garantir um ensino de qualidade e equitativo, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade. A implementação de um programa que promova a diversidade étnico-racial e a inclusão visa reduzir esses índices de desigualdade, permitindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem racial ou étnica, tenham acesso a um ambiente educacional justo, respeitoso e igualitário. Além disso, ao abordar o tema da diversidade racial de forma proativa, cria-se um ambiente de aprendizado mais inclusivo e enriquecedor para todos.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão e o respeito à diversidade étnico-racial nas escolas públicas estaduais de Goiás, criando um ambiente educacional mais igualitário, respeitoso e livre de discriminação racial. O objetivo é garantir que todos os alunos, especialmente os negros, indígenas e outras minorias étnicas, tenham igualdade de oportunidades e sintam-se representados e acolhidos no espaço escolar.

Metodologia:	<p>* Capacitação de Educadores: Realização de oficinas e treinamentos para professores, gestores e funcionários da escola sobre a importância da inclusão racial, combate ao racismo e promoção de uma cultura de respeito e equidade.</p> <p>* Adaptação Curricular: Desenvolvimento de conteúdos pedagógicos que abordem a história e a cultura de diferentes grupos étnicos e raciais, integrando o tema da diversidade de maneira transversal nos diferentes componentes curriculares.</p> <p>* Campanhas de Conscientização: Organização de atividades culturais, como exposições, palestras, e eventos que promovam a reflexão sobre as questões raciais, estimulando o respeito pela diversidade entre os estudantes.</p> <p>* Ações Afirmativas: Implementação de programas de apoio para estudantes negros, indígenas e outras minorias, com o intuito de garantir a sua permanência e sucesso na educação, como mentorias, bolsas de estudo, e espaços para discussão e troca de experiências.</p> <p>* Monitoramento e Avaliação: Criação de um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia do programa, identificando obstáculos e ajustando as ações conforme necessário.</p>
Público-alvo:	Estudantes de todas as séries e comunidade escolar.
Resultados esperados:	<p>* Redução da Evasão Escolar: A medida que os alunos se sentem mais incluídos e respeitados em um ambiente escolar livre de discriminação, espera-se que a evasão escolar, especialmente entre grupos étnicos e raciais marginalizados, diminua.</p> <p>* Aumento na Performance Escolar: Com a adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e respeitadas, espera-se que os alunos se sintam mais motivados e engajados, o que resultará em um aumento no desempenho acadêmico de todos os estudantes, especialmente dos grupos mais vulneráveis.</p> <p>* Maior Representatividade e Apreciação da Diversidade: As atividades culturais e educativas vão permitir que os alunos reconheçam e apreciem as diversas culturas e histórias presentes no Brasil, criando uma sociedade mais tolerante e inclusiva.</p> <p>* Fortalecimento da Identidade e Autoestima: O programa ajudará os estudantes a fortalecerem sua identidade étnico-racial e a valorizarem suas origens, contribuindo para o aumento da autoestima e confiança no ambiente escolar.</p> <p>* Redução de Atos Discriminatórios: Com a capacitação de educadores e a implementação de políticas inclusivas, espera-se uma redução significativa de atos discriminatórios no ambiente escolar, criando um espaço mais seguro e respeitoso para todos.</p>

DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES -18 de maio-	
Proponente:	Governo Federal e Organizações de Defesa dos Direitos da Criança -Lei 9.970/2000
Justificativa:	Sensibilizar a Combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, e promover a proteção integral a essa população.

Objetivo Geral:	Conscientizar a sociedade sobre os direitos das crianças e adolescentes e a importância de denunciar casos de abuso e exploração sexual.
Metodologia:	Campanhas de sensibilização, palestras educativas, distribuição de material informativo e ações comunitárias.
Público-alvo:	Crianças, adolescentes, educadores.
Resultados esperados:	Maior conscientização sobre o combate ao abuso e exploração sexual, aumento nas denúncias e melhor proteção de crianças e adolescentes.

DIA DO MEIO AMBIENTE -05 de Junho-	
Proponente:	Organização das Nações Unidas (ONU), governos, ONGs e escolas
Justificativa:	Promover a conscientização ambiental e estimular práticas sustentáveis entre alunos e comunidade.
Objetivo Geral:	Desenvolver ações educativas de preservação ambiental.
Metodologia:	Atividades de limpeza, plantio de árvores, palestras sobre sustentabilidade.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Aumento da conscientização ambiental, engajamento em práticas sustentáveis.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Proponente:	MEC (implementação nos currículos escolares) - Lei nº 9.795.
Justificativa:	A educação ambiental é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e responsável. A Lei nº 9.795/1999 reconhece o direito à educação ambiental para todos, estabelecendo que ela deve ser incorporada em todos os níveis e modalidades de ensino, visando a formação de cidadãos capazes de compreender e atuar frente aos desafios ambientais.
Objetivo Geral:	Promover a educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, assegurando o direito de acesso à educação ambiental. O objetivo é formar cidadãos críticos, conscientes e engajados na preservação e promoção de um ambiente sustentável.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão da educação ambiental em currículos escolares e atividades pedagógicas, em todas as etapas de ensino. • Desenvolvimento de projetos e ações educativas que abordem questões ambientais locais e globais. • Capacitação de educadores para integrar o tema ambiental no processo educativo de forma interdisciplinar. • Uso de metodologias participativas e práticas que envolvam os estudantes em ações de preservação ambiental.
Público-alvo:	Atingir todos os segmentos da sociedade, com foco na comunidade escolar (educadores, alunos e gestores), incluindo também a sociedade em geral, garantindo o acesso ao conhecimento ambiental a todos os cidadãos.
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> * Formação de cidadãos críticos e conscientes sobre questões ambientais. * Ampliação do conhecimento sobre sustentabilidade e práticas ambientais responsáveis. * Integração da educação ambiental no cotidiano escolar e social.

	* Criação de uma cultura de respeito e cuidado com o meio ambiente, conforme os princípios da Lei nº 9.795 .
Educação ambiental e empreendedorismo	A conexão entre educação ambiental e empreendedorismo é fundamental para cultivar uma nova geração de cidadãos não apenas conscientes dos desafios ambientais, mas também capazes de agir de forma inovadora e empreendedora para resolver esses problemas. O empreendedorismo sustentável cria oportunidades para a geração de negócios que respeitam e promovem a saúde ambiental, transformando desafios em soluções criativas e economicamente viáveis. Integrar esses conceitos desde cedo no currículo escolar permite que os estudantes se tornem líderes e agentes de mudança no futuro, construindo uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

FAICRIS - FEIRA AGROINDUSTRIAL, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CRISTALINA	
Proponente:	Parceria com a Prefeitura de Cristalina
Justificativa:	Promover o desenvolvimento local, o empreendedorismo e o engajamento da comunidade em atividades culturais e comerciais.
Objetivo Geral:	Estimular o empreendedorismo local e fortalecer a economia da cidade.
Metodologia:	Exposições de produtos, apresentações culturais, e mostras sobre negócios e empreendedorismo.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Promoção do empreendedorismo local, valorização da cultura regional e fortalecimento da economia local.

FEIRA CULTURAL E TECNOLÓGICA	
Proponente:	SME e escolas da Rede Municipal -Trabalhar a Feira Cultural a partir do tema Educação Climática
Justificativa:	A crescente necessidade de conscientização ambiental exige que crianças e jovens compreendam seu papel no cuidado com o meio ambiente. A Feira Cultural e Tecnológica busca promover essa reflexão, alinhando-se às diretrizes da BNCC para a educação infantil e os anos iniciais e finais do ensino fundamental, favorecendo a formação crítica e ética dos estudantes sobre questões ambientais.
Objetivo Geral:	Desenvolver a consciência ambiental dos alunos, estimulando práticas sustentáveis desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental, em consonância com as competências da BNCC, que valorizam o respeito e cuidado com o meio ambiente.
Metodologia:	* Educação Infantil: Atividades lúdicas que abordem questões ambientais de forma interativa, favorecendo a compreensão das crianças sobre a natureza e a sustentabilidade. * Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais): Projetos interdisciplinares, exposições e oficinas sobre temas como reciclagem, consumo responsável, e preservação dos recursos naturais. * Discussões em grupo e palestras com especialistas, seguindo as competências da BNCC para a formação ética e cidadã.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.

Resultados esperados:	<p>* Educação Infantil: Desenvolvimento de valores ambientais desde cedo, estimulando hábitos de respeito à natureza.</p> <p>* Ensino Fundamental: Conscientização crítica dos estudantes sobre questões ambientais, alinhada às competências da BNCC, como a promoção da sustentabilidade e da cidadania ambiental.</p> <p>* Engajamento das famílias na prática de ações sustentáveis no cotidiano escolar e doméstico.</p>
------------------------------	---

PROJETO DE EDUCAÇÃO DIGITAL E CULTURA COMPUTACIONAL	
Proponente:	Unidade Escolar, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação e equipe pedagógica.
Justificativa:	Considerando o avanço das tecnologias digitais na sociedade e as orientações da BNCC e da BNCC da Computação, torna-se necessário fortalecer a cultura digital no contexto escolar. Observa-se a presença de recursos tecnológicos, conectividade nas instituições municipais e iniciativas pedagógicas inovadoras, porém ainda existem desafios relacionados à formação continuada, ao uso pedagógico qualificado das tecnologias, à infraestrutura, à inclusão digital e à compreensão conceitual entre Educação Digital, Tecnologias Digitais na Educação e Ensino da Computação. Assim, o projeto busca estruturar ações que promovam o uso crítico, ético e pedagógico das tecnologias, ampliando oportunidades de aprendizagem e inovação.
Objetivo Geral:	Promover o desenvolvimento da cultura digital e das competências relacionadas à BNCC da Computação, fortalecendo práticas pedagógicas inovadoras, ampliando os saberes digitais da comunidade escolar e incentivando o uso significativo das tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem.
Metodologia:	O projeto será desenvolvido por meio de formação continuada para professores e equipe gestora, utilização de recursos digitais e plataformas educacionais, incentivo a metodologias ativas e práticas gamificadas, integração de videoaulas e ferramentas tecnológicas já disponíveis na escola, além da busca por parcerias institucionais para apoio pedagógico e troca de experiências. As ações ocorrerão de forma progressiva e avaliativa, priorizando o uso pedagógico consciente das tecnologias e a inclusão digital.
Público-alvo:	Estudantes da Educação Básica, professores, equipe gestora e comunidade escolar.
Resultados esperados:	Espera-se ampliar os saberes digitais dos docentes e estudantes, incentivar práticas pedagógicas inovadoras, reduzir a subutilização dos equipamentos tecnológicos, fortalecer a inclusão digital e promover maior engajamento nas aprendizagens, contribuindo para a consolidação da cultura digital no contexto institucional.

SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TEA	
- 01 a 07 de abril-	
Proponente:	AEE - Lei Municipal 2.651/2023
Justificativa:	Conscientizar sobre os Transtornos do Espectro Autista (TEA) e promover a inclusão de pessoas com autismo na sociedade.

Objetivo Geral:	Promover a inclusão social e educacional das pessoas com TEA.
Metodologia:	Realização de palestras, atividades culturais e workshops com especialistas sobre TEA.
Público-alvo:	Educadores, profissionais da saúde, pais e a comunidade em geral.
Resultados esperados:	Maior conhecimento e aceitação do TEA pela população, além da capacitação de profissionais.

DIA DOS POVOS INDÍGENAS -19 de abril-	
Proponente:	Organizações, governos e escolas - Lei 14.402/2022
Justificativa:	Valorizar a cultura, história e direitos dos povos indígenas no Brasil, combatendo o preconceito e promovendo o respeito.
Objetivo Geral:	Promover o respeito e a valorização da cultura indígena nas escolas e na sociedade.
Metodologia:	Ações educativas, exposições culturais, rodas de conversa, e atividades práticas sobre povos indígenas.
Público-alvo:	Estudantes, professores, comunidade escolar e público em geral.
Resultados esperados:	Maior respeito e conhecimento sobre os povos indígenas, promovendo a diversidade cultural.

DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO TDAH -01 de agosto-	
Proponente:	Ministério da Saúde / Educação e AEE
Justificativa:	Informar e desmistificar o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), promovendo a inclusão de alunos com TDAH no ambiente escolar e social.
Objetivo Geral:	Conscientizar sobre o TDAH, seus impactos e a importância da inclusão desses alunos na escola e na sociedade.
Metodologia:	Palestras, distribuição de materiais educativos, atividades interativas, e campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos com TDAH, pais, professores e educadores.
Resultados esperados:	Aumento da compreensão e apoio aos alunos com TDAH, contribuindo para a redução do estigma associado a essa condição. O objetivo é promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor, onde esses estudantes sejam reconhecidos em suas potencialidades, e suas necessidades sejam atendidas de forma adequada, favorecendo o seu desenvolvimento intelectual e pessoal.

DIA DO COOPERATIVISMO EM CRISTALINA -1º sábado de junho-	
Proponente:	Toda a instituição.
Justificativa:	O Dia do Cooperativismo é considerado como um momento ideal de sensibilização dos jovens sobre o caráter empreendedor e o papel social do cooperativismo. A origem da comemoração tem, também o objetivo de

	proporcionar a toda sociedade o conhecimento dos benefícios, dos valores e dos princípios da atividade cooperativista.
Objetivo Geral:	Divulgar a temática aproximando a comunidade das cooperativas e promovendo a união.
Metodologia:	Promover atividades condizentes com a idade explorando a educação a formação e a informação.
Público-alvo:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	

CAMPANHA DEZEMBRO VERDE	
Proponente:	Lei municipal nº 2.558 de 22 de novembro de 2021
Justificativa:	<p>* A crescente problemática do abandono de animais no município, especialmente no período de dezembro, quando o abandono aumenta em cerca de 70%, é uma questão que exige ação imediata. O abandono e maus-tratos a cães e gatos em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas têm se tornado um desafio social e ambiental.</p> <p>* Além disso, a falta de conscientização sobre a guarda responsável de animais tem impacto direto no bem-estar dos animais e na saúde pública, já que esses animais abandonados podem ser portadores de doenças e causar problemas ao ecossistema local.</p> <p>* A educação é a chave para promover a mudança de comportamento e atitudes em relação ao cuidado com os animais, sendo essencial que a população, especialmente os jovens, sejam sensibilizados para a importância de proteger os animais e garantir a guarda responsável.</p>
Objetivo Geral:	<p>* Conscientizar a população sobre a guarda responsável de animais e os impactos do abandono e maus-tratos de cães e gatos, com ênfase em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas, que são locais comuns para esse tipo de abandono.</p> <p>* Alertar sobre o aumento significativo (cerca de 70%) do abandono de animais durante o mês de dezembro, período em que o problema se agrava, e promover a ação social e educacional para combater esse comportamento.</p>
Metodologia:	<p>* Inserção da temática nos planos de aulas, relacionados aos direitos dos animais e à importância da guarda responsável. Essas atividades podem ser realizadas por meio de matérias que abordem o respeito aos seres vivos e o dever de cuidar dos animais como parte da cidadania.</p> <p>* Realização de palestras educativas com profissionais da área veterinária, ONGs, ou especialistas em bem-estar animal, com o objetivo de sensibilizar e informar os estudantes sobre como cuidar adequadamente dos animais e como agir em situações de abandono.</p> <p>* Atividades práticas e interativas, como oficinas de conscientização, visitação a abrigos de animais ou participação em campanhas de adoção responsável. Essas atividades podem envolver os alunos na promoção da mudança de comportamento, oferecendo exemplos concretos de boas práticas.</p> <p>* Ações comunitárias, como a realização de campanhas de arrecadação de alimentos e recursos para abrigos de animais, além de ações de orientação à população sobre o que fazer em caso de avistamento de animais abandonados.</p>

Público-alvo:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Resultados esperados:	<p>* Aumento da conscientização da comunidade escolar sobre a guarda responsável de animais e o combate ao abandono e maus-tratos. Espera-se que a mudança de comportamento comece a ser refletida dentro da escola e, progressivamente, nas famílias e na comunidade.</p> <p>* Diminuição do número de casos de abandono de animais, especialmente durante o mês de dezembro, com a promoção de uma cultura de respeito aos direitos dos animais.</p> <p>* Capacitação dos alunos para se tornarem multiplicadores de informação e ajudarem a conscientizar outros membros da sociedade sobre a responsabilidade de cuidar dos animais.</p> <p>* Fortalecimento das redes de apoio a animais abandonados, como ONGs, abrigos e grupos voluntários, por meio das ações educativas e sociais realizadas nas escolas.</p> <p>* Melhora no bem-estar dos animais que são alvo de abandono, com um aumento nas adoções responsáveis, cuidados adequados e redução dos maus tratos.</p>

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	
Proponente:	PSEs
Justificativa:	O PSE (Programa Saúde na Escola) visa contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, enfrentando as vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento pleno de crianças e jovens da rede pública de ensino.
Objetivo Geral:	Contribuir para a formação integral dos estudantes da educação básica, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, visando enfrentar as vulnerabilidades que afetam seu desenvolvimento.
Metodologia:	<p>O planejamento do PSE considera o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. O programa é constituído por cinco componentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Avaliação das condições de saúde das crianças e jovens. 2- Promoção da saúde e prevenção de doenças. 3- Educação permanente e capacitação dos profissionais de educação, saúde e jovens. 4- Monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes. 5- Monitoramento e avaliação do programa.
Público-alvo:	
Resultados esperados:	<p>*Reduzir a mortalidade e os riscos associados ao consumo de substâncias nocivas.</p> <p>*Promover práticas de saúde física e mental, como alimentação saudável, atividade física, prevenção de doenças e promoção da saúde sexual e reprodutiva.</p>

10.2. Projetos da Instituição

PROJETO CARNAVAL – FESTA DAS CORES	
Proponente:	Todas as turmas da instituição.
Justificativa:	Proporcionar às crianças experiências lúdicas relacionadas às cores, à expressão corporal e à socialização, promovendo momentos de alegria e interação.
Objetivo Geral:	Estimular a criatividade, a expressão e a interação entre as crianças por meio de atividades lúdicas envolvendo cores e movimento.
Metodologia:	Brincadeiras com cores, atividades artísticas, exploração de materiais coloridos, pinturas, danças livres e momentos de interação coletiva.
Público-alvo:	Alunos e professores.
Resultados esperados:	Desenvolvimento da expressão, da criatividade e da socialização entre as crianças, valorizando momentos de convivência e alegria no ambiente escolar.

PROJETO PÁSCOA	
Proponente:	Todas as turmas da instituição.
Justificativa:	Trabalhar o significado da Páscoa de forma lúdica, destacando valores como solidariedade, partilha, respeito e amizade.
Objetivo Geral:	Proporcionar às crianças experiências que valorizem os princípios de cooperação, carinho e convivência.
Metodologia:	Contação de histórias, músicas, brincadeiras temáticas, atividades artísticas, rodas de conversa e vivências lúdicas relacionadas à Páscoa.
Público-alvo:	Alunos, professores e comunidade escolar.
Resultados esperados:	Desenvolvimento de atitudes de respeito, partilha e cooperação entre as crianças, fortalecendo valores humanos e a convivência.

PROJETO DIA DAS MÃES	
Proponente:	Todas as turmas da instituição.
Justificativa:	Valorizar a importância da família no desenvolvimento das crianças, reconhecendo o papel das mães e responsáveis na formação afetiva e social.
Objetivo Geral:	Promover momentos de carinho, reconhecimento e integração entre as crianças e suas famílias.
Metodologia:	Rodas de conversa sobre a família, confecção de lembranças, músicas, apresentações e atividades lúdicas voltadas à valorização das mães e responsáveis.
Público-alvo:	Crianças, mães, responsáveis e comunidade escolar.
Resultados esperados:	Fortalecimento dos vínculos afetivos entre crianças e famílias, promovendo a participação da comunidade no ambiente escolar.

PROJETO FESTA JUNINA	
Proponente:	Todas as turmas da instituição.

Justificativa:	Valorizar as tradições culturais brasileiras por meio de vivências lúdicas que promovam a socialização e o conhecimento das manifestações populares.
Objetivo Geral:	Proporcionar às crianças experiências relacionadas à cultura popular, estimulando a participação, a interação e o respeito às tradições.
Metodologia:	Atividades artísticas, músicas, brincadeiras típicas, rodas de conversa, confecção de enfeites e realização de festa temática com a participação da comunidade escolar.
Público-alvo:	Crianças, professores, famílias e comunidade.
Resultados esperados:	Desenvolvimento da socialização, valorização da cultura popular e fortalecimento da integração entre escola e família.

PROJETO DIA DOS PAIS	
Proponente:	Todas as turmas da instituição.
Justificativa:	Reconhecer a importância da família no desenvolvimento das crianças, valorizando a participação dos pais e responsáveis na vida escolar.
Objetivo Geral:	Promover momentos de integração, afeto e valorização entre as crianças e seus pais ou responsáveis.
Metodologia:	Rodas de conversa sobre a família, atividades artísticas, confecção de lembranças, brincadeiras e momentos de interação entre crianças e responsáveis.
Público-alvo:	Crianças, pais, responsáveis e comunidade escolar.
Resultados esperados:	Fortalecimento dos vínculos afetivos entre crianças e famílias, ampliando a participação da comunidade no ambiente escolar.

PROJETO MALETA VIAJANTE	
Proponente:	Todas as turmas da instituição.
Justificativa:	Incentivar o contato das crianças com os livros e fortalecer a participação da família no desenvolvimento da linguagem e do interesse pela leitura.
Objetivo Geral:	Estimular o hábito da leitura e promover momentos de interação entre crianças e familiares por meio da leitura compartilhada.
Metodologia:	Envio de uma maleta contendo livro e orientações para leitura em casa, bem como uma atividade de registro adequada à idade, permitindo que as crianças realizem momentos de leitura com suas famílias e compartilhem suas experiências na escola.
Público-alvo:	Crianças, famílias e professores.
Resultados esperados:	Ampliação do interesse e cuidado pelos livros, fortalecimento da linguagem oral e maior participação das famílias no processo educativo.

PROJETO DIA DAS CRIANÇAS	
Proponente:	Todas as turmas da instituição.
Justificativa:	Valorizar a infância por meio de experiências lúdicas que promovam momentos de alegria, interação e socialização entre as crianças.

Objetivo Geral:	Proporcionar vivências diferenciadas que estimulem o brincar, a criatividade e a convivência entre as crianças.
Metodologia:	Durante a semana do Dia das Crianças serão realizadas atividades diferenciadas a cada dia, como brincadeiras, jogos, atividades recreativas, momentos de arte, música e outras vivências lúdicas.
Público-alvo:	Crianças e professores.
Resultados esperados:	Fortalecimento do brincar, da socialização e da expressão das crianças, promovendo momentos significativos de alegria e convivência no ambiente escolar.

10.3. Temas Transversais

Os **temas transversais** correspondem a questões urgentes e presentes no cotidiano, abordando valores de cidadania, como Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. Eles devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar, para proporcionar aos alunos uma visão crítica e integrada do mundo.

A **BNCC** propõe a **transversalidade** para temas como **computação**, que deve ser integrada aos componentes curriculares, contribuindo para o desenvolvimento de competências digitais em áreas como Matemática, Ciências e Língua Portuguesa, conforme estabelecido pela **BNCC da Computação**.

O **Meio Ambiente**, enquanto tema transversal, vai além do ambiente físico e biológico, abrangendo também as relações sociais, econômicas e culturais. A **educação ambiental** deve ser trabalhada de forma integrada com diversas áreas do conhecimento, como **Ciências**, **Geografia** e até **Matemática**, com o objetivo de sensibilizar os alunos para a importância da preservação do meio ambiente. Reflexões sobre o impacto das atividades humanas no planeta, como o **desmatamento**, a **poluição** e a **sustentabilidade**, devem ser constantemente abordadas, promovendo o compromisso com a qualidade de vida e o **equilíbrio ambiental**.

A **ética** deve ser trabalhada a partir de temas da atualidade, como respeito, justiça e solidariedade, estimulando a autonomia dos educandos e sua compreensão das interações sociais dentro da escola e da comunidade.

Antirracismo e **inclusão étnico-racial** são abordagens essenciais, garantidas por leis como a **Lei nº 10.639/2003** e **Lei nº 11.645/2008**, e devem ser integradas a todas as disciplinas para promover a igualdade racial e combater o racismo em suas diversas formas.

O tema da **Orientação Sexual** deve ser abordado com respeito e foco em questões como métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis e a descoberta do corpo e da sexualidade, considerando sempre a maturidade e os contextos dos alunos.

Pluralidade Cultural se refere ao respeito e à convivência com os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira, estimulando a valorização da diversidade étnica e cultural como um fator de enriquecimento.

O tema **Trabalho e Consumo** prepara os jovens para sua inclusão no mundo do trabalho, discutindo questões como consumo, direitos e desemprego, fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência crítica.

A abordagem da **Saúde** visa ensinar aos alunos as noções básicas de higiene e saúde, além de temas como prevenção de doenças, uso de drogas e gravidez na adolescência. O **Programa Saúde na Escola**, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, busca contribuir para a formação integral dos estudantes, enfrentando vulnerabilidades que impactam seu desenvolvimento.

Esses temas, ao serem trabalhados de forma transversal e interdisciplinar, permitem uma visão diferenciada de mundo, ampliando o conhecimento e a aprendizagem. A **interdisciplinaridade** e a

transversalidade se complementam, promovendo uma abordagem ativa e transformadora do ensino, vinculada às questões sociais e à formação crítica dos alunos.

10.4. Sala Maker

A **Sala de Aula Maker** ou **Espaço Maker** é um ambiente criativo onde os estudantes têm a oportunidade de explorar diferentes formas de aprender, através da arte, construção e outras atividades práticas. Nesse espaço, elas podem trabalhar com materiais como papel, papelão, tintas, e outros itens recicláveis para criar objetos e expressar suas ideias de maneira única. Além disso, há atividades como marcenaria, robótica, oficinas de computação e artesanato, que ajudam no desenvolvimento de habilidades importantes, como o trabalho em equipe, a resolução de problemas e a criatividade.

Em um Espaço Maker, todos os componentes curriculares podem ser enriquecidos com abordagens práticas e criativas, permitindo que os alunos apliquem o que aprendem de forma mais concreta. Embora esses laboratórios aconteçam frequentemente dentro da própria sala de aula, um espaço dedicado exclusivamente para oficinas seria o ideal, pois oferece mais liberdade para explorar e criar sem as limitações do ambiente tradicional, ele é essencial para o desenvolvimento das habilidades específicas relacionadas à **BNCC da Computação**, proporcionando aos estudantes as ferramentas necessárias para explorar esses conceitos de forma integrada e inovadora. Para viabilizar a criação de uma Sala Maker, os gestores escolares podem usar verbas escolares voltadas para inovação, planejando ações que incluam a aquisição de materiais e a implementação de projetos. Com essa estrutura, a escola se torna um lugar ainda mais dinâmico e inspirador para o aprendizado.

11. Avaliação

O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e participação do aluno nas atividades escolares sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de criar, apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à idade e série, de tomar iniciativa e o desenvolvimento ao ler, escrever e interpretar, visando à sua aquisição dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao pleno exercício da cidadania.

As avaliações se dispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária e provas.

A Recuperação Paralela é um direito do aluno e deverá ser cumprida conforme prevê a Resolução CME nº 119 de 29/11/2023.

11.1 Critérios de Avaliação

11.1.2. Educação Infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394 de 1996 ([Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013](#)) sobre a avaliação, a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Quanto ao processo de Avaliação, para que a mesma seja realmente significativa e proporcione o desenvolvimento tanto das crianças como dos educadores envolvidos no processo de ensino e

aprendizagem. Será observado o roteiro de acompanhamento sistemático de elaboração do relatório avaliativo da educação infantil:

- Observações;
- Registros através de relatório escrito reflexivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de relatório descritivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de fotografias;
- Registro através de filmagens;
- Registro através de gravações em áudio;
- Registro através de fichas individuais elaboradas pela instituição/SME.

Será elaborado um relatório de caráter formal de caráter descritivo, crítico e reflexivo a partir do desenvolvimento da criança, em relação a cada eixo temático trabalhado, enfatizando os diversos aspectos do processo do seu desenvolvimento. Esse relatório será realizado a partir dos instrumentos avaliativos acima citados e deverá compor a documentação pedagógica da criança, ficando ao final do semestre na sua pasta arquivada na Secretaria da Instituição.

12. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição.

PLANO ANUAL DE AÇÃO COLETIVA DO CEI São Vicente de Paulo	
O que detectamos em 2025 que precisamos melhorar ou solucionar em 2026?	O que VAMOS fazer?
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS Falta de limites e disciplinas das crianças. Dificuldade de concentração. 3.O uso excessivo de telas no âmbito familiar. 4. Desafios familiares (mudanças na rotina familiar).	Estabelecer rotinas bem definidas , com horários organizados para cada momento do dia. Construção de combinados simples e claros com as crianças, reforçados diariamente, ajuda na compreensão dos limites de forma lúdica, com músicas, histórias e exemplos práticos. Investir em atividades que favoreçam a concentração , como brincadeiras dirigidas, jogos de encaixe, contação de histórias e momentos de escuta. Começar com tempos curtos e indo ampliando gradativamente, respeitando a faixa etária. Fortalecer o vínculo afetivo com as crianças. Orientar os pais e responsáveis sobre a importância de reduzir o tempo de exposição , estabelecendo limites claros para o uso de celulares, tablets e televisão, sugerindo momentos de interação em família, como brincadeiras, leitura de livros, conversas e atividades ao ar livre, que contribuem significativamente para o desenvolvimento da atenção e da linguagem. Promover reuniões, orientações e devolutivas constantes às famílias , reforçando a importância da parceria no desenvolvimento da criança. Quando escola e família caminham juntas, os resultados são mais significativos, favorecendo a construção de limites, o desenvolvimento da autonomia e uma convivência mais equilibrada.

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">RELAÇÕES COM OS ALUNOS</p>	<p>Uso da força física entre crianças e de crianças para com os adultos (professoras, auxiliares de sala, coordenadora e até com a diretora).</p>	<p>Trabalhar a educação emocional no cotidiano. É importante ajudar a criança a reconhecer e nomear seus sentimentos (“raiva”, “tristeza”, “frustração”), ensinando formas adequadas de expressá-los. Será feito por meio de histórias, rodas de conversa e situações do dia a dia.</p> <p>Estabelecer combinados claros e constantes, como “não bater”, “usar as mãos para ajudar” e “falar quando estiver bravo”. Esses combinados serão retomados diariamente, de forma simples e na linguagem da criança, utilizando recursos visuais, músicas e dramatizações.</p> <p>Incentivar alternativas ao comportamento reativo. A criança precisa aprender o que fazer no lugar de bater, como pedir ajuda ao adulto, usar palavras, se afastar quando estiver irritada.</p> <p>Criar um ambiente da calma. Esse espaço permitirá que a criança se reorganize emocionalmente, com almofadas, objetos sensoriais ou livros, sempre com acompanhamento e orientação do adulto, sem caráter punitivo.</p> <p>Agir com firmeza e acolhimento ao mesmo tempo: interromper a ação imediatamente, abaixar-se na altura da criança, olhar nos olhos e explicar com clareza que aquele comportamento não é permitido, mostrando a forma correta de agir.</p> <p>Promover atividades que envolvam cooperação, como brincadeiras em grupo, jogos coletivos e dinâmicas que incentivem o compartilhar, esperar a vez e ajudar o colega. Isso fortalece habilidades sociais e reduz conflitos.</p>
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">RELAÇÕES INTERPESSOAIS DA EQUIPE</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Professores recém formados sem conhecimento do exercício de sua função como regente em sala de aula. 2. Educadores sem domínio de turma. 3. Docentes sem iniciativas próprias sempre aguardando sugestões da coordenação e da direção. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acolhimento e orientação inicial (integração profissional) Realizar um momento de acolhimento com apresentação clara das atribuições do professor regente; Entregar um guia com rotinas, responsabilidades e expectativas da instituição; Explicar, de forma objetiva, o que se espera em relação a planejamento, postura e condução da turma. 3. Acompanhamento pedagógico sistemático Realizar observações em sala de aula com frequência; Dar devolutivas individuais, com orientações claras (o que melhorar e como fazer). 4. Definição clara de limites e responsabilidades Deixar claro que o professor é o responsável pela condução da turma; Evitar que a coordenação assumam funções que são do docente. 4. Feedback constante e assertivo Evitar críticas vagas — ser direto e pedagógico;

		<p>Exemplo: “Você precisa melhorar o domínio de turma” Estabelecer combinados claros e retomá-los diariamente.</p> <p>5. Acompanhamento de postura profissional Observar: Proatividade; Organização; Relacionamento com a turma;</p> <p>Realizar conversas formais de alinhamento.</p>
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PARTICIPAÇÃO DOS PAIS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de limites no ambiente familiar. 2. Superproteção. 3. Uso excessivo de telas sem controle. 4. Falta de rotina em casa. 5. Transferência total da responsabilidade para à instituição. 	<p>1. Fortalecer a parceria com as famílias Promover reuniões periódicas explicando de forma clara o papel da instituição e o da família.</p> <p>2. Estabelecer combinados institucionais claros Apresentar regras, rotinas e orientações da escola desde o início do ano, deixando claro como a instituição trabalha. Esses combinados devem ser retomados sempre que necessário.</p> <p>3. Manter comunicação constante e acolhedora Criar canais efetivos de diálogo (reuniões, aplicativos), garantindo devolutivas frequentes sobre o desenvolvimento da criança não apenas quando há problemas.</p> <p>4. Desenvolver projetos sobre família e convivência Trabalhar com as crianças temas como respeito, empatia, limites e emoções, envolvendo também as famílias em atividades e reflexões.</p> <p>5. Apoiar o desenvolvimento da autonomia infantil Orientar os pais a permitirem que a criança realize pequenas tarefas sozinhas, fortalecendo sua independência.</p> <p>6. Orientar sobre rotina familiar Reforçar a importância de horários organizados (sono, alimentação, atividades), explicando como isso influencia diretamente no comportamento e na aprendizagem.</p> <p>7. Sensibilizar sobre o uso de telas Orientar sobre os prejuízos do uso excessivo, sugerindo alternativas como leitura, brincadeiras e momentos de interação familiar.</p> <p>8. Atuar com firmeza e coerência pedagógica Manter uma postura alinhada, segura e consistente diante das crianças e das famílias, evitando contradições nas orientações.</p>

		<p>9. Atendimento individualizado às famílias Quando necessário, realizar conversas individuais, com escuta sensível, buscando compreender a realidade familiar e propondo estratégias específicas para cada caso.</p> <p>10. Registrar e acompanhar o desenvolvimento Manter registros pedagógicos e comportamentais para embasar as orientações dadas às famílias, tornando o acompanhamento mais concreto e profissional.</p> <p>11. Promover um ambiente acolhedor e de confiança.</p>
INFRAESTRUTURA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação de uma lavanderia nas dependências da instituição, respeitando seus limites físicos e estruturais. 2. Estruturação do espaço físico da sala do AEE, visando à melhoria das condições de atendimento e aprendizagem. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar um planejamento estrutural, definindo o espaço adequado, ventilação, instalações hidráulicas e elétricas necessárias. 2. Buscar parcerias com empresas, comércios locais e comunidade para doação de equipamentos, materiais e recursos financeiros. 3. Promover campanhas solidárias e projetos para captação de recursos. 4. Garantir a adequação às normas sanitárias, de segurança e acessibilidade. 5. Capacitar a equipe responsável pelo uso e manutenção da lavanderia. 6. Elaborar um cronograma de utilização que atenda às necessidades da instituição. 7. Estabelecer plano de manutenção preventiva dos equipamentos.
SITUAÇÃO LEGAL DA INSTITUIÇÃO	<p>No ano vigente a instituição encontra-se com todos os alvarás em situação de tramitação para a liberação dos mesmos.</p>	<p>Conforme a Resolução CME Nº 120 de 10 de dezembro de 2025, a instituição possui autorização de funcionamento até 10 de dezembro de 2029.</p>

13. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Alfa Mais Goiás: Fortalecimento da Educação em Goiás*. Brasília: MEC, 2023.

Este documento aborda as estratégias e objetivos do programa Alfa Mais Goiás, destacando os avanços na educação básica e a integração de metodologias inovadoras nas escolas do estado de Goiás.

SANTOS, Maria Lúcia dos. *Educação Ambiental: Práticas e Perspectivas no Contexto Escolar*. São Paulo: Editora Educação Sustentável, 2021.

A autora discute a importância da educação ambiental nas escolas, com ênfase nas práticas pedagógicas que podem ser implementadas para sensibilizar os alunos sobre as questões ambientais desde a educação infantil até o ensino médio.

SOUSA, João P. de. *Escola em Tempo Integral: Desafios e Possibilidades para a Formação Integral do Estudante*. Campinas: Editora Acadêmica, 2020.

Este livro aborda as diferentes abordagens para a implementação de escolas em tempo integral, suas vantagens no processo de aprendizagem e a construção de um ambiente educacional mais amplo e integrado para os alunos.

MARTINS, Fernanda S. e LIMA, Marcos T. de. *A Escola das Adolescências: Inovações Pedagógicas e Formação Integral de Jovens*. Rio de Janeiro: Editora Juventude e Educação, 2022.

A obra analisa o conceito de escola para adolescentes, focando nas estratégias pedagógicas que visam promover uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades dessa faixa etária.

GOMES, Rita S. et al. *Práticas de Educação Ambiental nas Escolas de Tempo Integral em Goiás*. Goiânia: Editora Goiás, 2021.

Este estudo investiga as práticas de educação ambiental nas escolas de tempo integral no estado de Goiás, destacando os desafios e as metodologias aplicadas para integrar questões ambientais ao currículo escolar.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental: Computação e Tecnologias Digitais*. Brasília: MEC, 2020.

A BNCC aborda a inserção das competências digitais e de computação no currículo escolar, evidenciando a importância da educação tecnológica no desenvolvimento dos alunos, desde a educação infantil até o ensino fundamental.

SILVA, Claudia N. da. *Antirracismo na Educação: Práticas Pedagógicas para a Inclusão Étnico-Racial nas Escolas*. São Paulo: Editora Educativa, 2021.

Este livro oferece reflexões e práticas pedagógicas para promover o antirracismo nas escolas, com foco na inclusão étnico-racial e na valorização da cultura negra dentro do ambiente escolar.

LIMA, Marcos T. de e PEREIRA, Ana Lúcia F. *Inclusão Étnico-Racial e Educação: Desafios e Estratégias para uma Prática Pedagógica Antirracista*. Rio de Janeiro: Editora Diversidade, 2022.

A obra discute a implementação de ações pedagógicas antirracistas e a importância de uma abordagem inclusiva, que promova a igualdade de oportunidades para estudantes de diferentes etnias.

BOUTINET, Jean-Pierre. *Antropologia do Projeto*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002. O autor explora a relação entre antropologia e o conceito de projeto, discutindo suas implicações no desenvolvimento de propostas educacionais e sociais.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Documento que apresenta diretrizes para a formação de currículos voltados para a educação infantil, com ênfase nas práticas pedagógicas para o desenvolvimento integral das crianças.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Para a Formação de Professores*. MEC/SEF. Brasília, 1999. Este referencial propõe orientações para a formação docente, buscando fortalecer as práticas pedagógicas e o desenvolvimento profissional dos educadores.

BRASIL. *Lei 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece as normas gerais para a educação brasileira, definindo direitos e responsabilidades em todos os níveis de ensino.

BRASIL. *Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: MEC, 1990. Este documento estabelece os direitos fundamentais da criança e do adolescente, com foco na proteção, educação e cidadania.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. CBMM/Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças/UNICEF/Oficina de Ideias. *10 Medidas Básicas para a Infância Brasileira*. São Paulo, 1994. As medidas apresentadas visam promover o desenvolvimento e a proteção integral da criança, com implicações diretas nas práticas pedagógicas e educacionais.

DEWEY, J. *Como Pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. A obra de Dewey aborda a importância do pensamento crítico e reflexivo no processo educacional, defendendo a educação como um meio para o desenvolvimento do pensamento independente e da resolução de problemas.

DOMINGUES, José Luís. *O Cotidiano da Escola de 1º Grau: O Sonho e a Realidade*. Tese de doutorado, PUC, São Paulo, 1985. A pesquisa de Domingues reflete sobre as contradições entre as expectativas e a realidade do cotidiano escolar, especialmente no ensino fundamental.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. *A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: O Conhecimento é um Caleidoscópio*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

O livro discute como organizar o currículo escolar a partir de projetos de trabalho, com uma abordagem interdisciplinar e centrada na construção do conhecimento pelo aluno.

MIRANDA, Cláudia. LOPES, Angélica Carvalho. RODRIGUES, Vera Lúcia. *Alfabetização*. São Paulo: Ática, 2001.

A obra oferece uma reflexão sobre as práticas de alfabetização e a construção do conhecimento, com foco nas metodologias mais eficazes para o desenvolvimento da leitura e escrita.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Escola, Currículo e a Construção do Conhecimento*. In: *Escola Básica*. Coletânea CBE Campinas, Papyrus, 1992.

O autor reflete sobre o papel do currículo escolar na construção do conhecimento e como ele pode ser um instrumento para a promoção de um aprendizado mais significativo.

RIBEIRO, Lucília Ávila. *Coleção Construindo um Mundo Melhor com Estudos Sociais, Saúde e Ciências*. São Paulo: Editora Ávila, 2005.

A coleção busca integrar temas de estudos sociais, saúde e ciências de forma a promover a educação para a cidadania e o bem-estar social.

SNIDER, Georges. *Alegria na Escola*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

O autor propõe uma reflexão sobre como a escola pode ser um ambiente prazeroso e estimulante para o aprendizado, enfatizando a importância da alegria e da motivação no processo educativo.

14. Ata de Aprovação

ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CEI SÃO VICENTE DE PAULO
CRISTALINA-GO, 19 DE MARÇO DE 2026.

Aos dezoito dias do mês de março do ano de 2026, reuniram-se direção, professores e funcionários do CEI SÃO VICENTE DE PAULO para análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico para o ano de 2026. Ressalta-se que a elaboração do mesmo se deu de forma coletiva e participativa dos componentes da comunidade escolar com a intenção da escola e seus profissionais realizarem um trabalho de qualidade, resultante de reflexões e questionamentos dos profissionais sobre o que é a escola hoje e o que poderá a vir a ser. Foram discutidas as fraquezas, ameaças, oportunidades e forças da instituição verificados os resultados do trabalho desenvolvido, bem como a frequência das crianças para que servissem de diagnósticos orientadores para a elaboração do Plano de Ação Coletiva 2026. Desta forma o Projeto Pedagógico apresentado expressa a identidade da escola como uma instituição que tem personalidade própria, por refletir o pensamento do seu coletivo, levando em consideração as práticas e necessidades da comunidade escolar, as diretrizes nacionais, e as normas, regulamentos e orientações curriculares e metodológicas do Sistema Municipal de Educação, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola; gestão democrática; qualidade do ensino; organização e integração curricular; integração escola/família/comunidade e autonomia.

Nome Completo dos Participantes:	Cargo que ocupa:	Assinatura:
Thaiane F. V. Ximenes	Coordenadora	Thaiane
Terapeuta Maria Lopes da Costa	Auxiliar de secretaria	Maria Lopes
Ilana Maria Aparecida Barbosa Santos	Coordenadora pedagógica	Ilana
Geovanna Ricardo Montalvão	Coordenadora pedagógica	Geovanna
Robsonete Pereira dos Santos	Professora	Robsonete
Rayany Batista Alves	Professora	Rayany
Karolina Fomentel de Sousa Santos	Professora	Karolina
Alquiane Aparecida Oliveira Brito	Professora	Alquiane
Maria Marta da Mota	Professora	Maria
Jiana Thaisany Magalhães Santos	Professora	Jiana
Maria Angelica Alves Maciel	Professora	Maria
Janyzaia Cavalcanti Ferrero	Professora	Janyzaia
Adenilda Araújo Lopes	Professora	Adenilda
Elizabeth José de Brito Santos	Professora	Elizabeth
Elaine Helen Moura	Professora	Elaine
Quilina Regina Ribeiro de Jesus	Professora	Quilina
Evangelina Alves de Jesus	Professora	Evangelina
Eduarda Lima dos Reis	Professora	Eduarda
Tomilly Gonçalves de Almeida	Auxiliar de sala	Tomilly
Helany dos Santos Paulino S	Auxiliar de sala	Helany
Isabela Ribeiro de Lima	Auxiliar de sala	Isabela
Antonuly dos Reis Ribeiro	Auxiliar de sala	Antonuly
Ara Luiza Cardoso de Souza	Auxiliar de sala	Ara
Fabiana dos Santos dos Santos	Auxiliar de sala	Fabiana
Sandra Paula Sales Gonçalves	Auxiliar de sala	Sandra
Maria Amélia Valéria Santos	Auxiliar de sala	Maria
Edineide Gonçalves Sales	Auxiliar de sala	Edineide
Estefany dos Santos Soares	Auxiliar de sala	Estefany
Maria Luiza Souza Soares	Auxiliar de sala	Maria
Yuri Milla	Auxiliar de sala	Yuri
Gasmin Alves Cardoso	Auxiliar de sala	Gasmin
Janayra de Almeida Barbosa Dias	Auxiliar de sala	Janayra
Marcelo Almeida de Sales Damasceno	Auxiliar de sala	Marcelo
Poliana Alves de Almeida	Auxiliar de sala	Poliana
Monalisa de Almeida	Auxiliar de sala	Monalisa
Janete A. Figueira	Auxiliar de sala	Janete
Alina da Paixão Almeida	Auxiliar de sala	Alina

~~Michelly B. de Araújo Almeida
Mariana de F. L. Maria Moura
Mariana Gonçalves de Oliveira
Laudiane Estelita Gonçalves Silva
Franciane Maria dos Santos
Denio Silvio Souza e Cardoso
Adriano da Silva Pereira Magalhães~~

~~AUX. de serviços gerais
AUX. de serviços gerais
AUX. de serviços gerais
AUX. de serviços gerais
AUX. de serviços gerais
FOTÓGRAFO
POLLINA~~

~~Michelly
Ressilene
Mariana G. de Oliveira
Franciane
Franciane
Foto
Adriano~~

~~Francine Maria Soares da Costa~~

15. Anexos



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO Relatório de Análise do Projeto Político Pedagógico

Foi realizada a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) do **CEI São Vicente de Paulo** para o ano letivo de 2026, documento essencial para nortear a organização e o funcionamento da instituição. O PPP apresenta a identidade da unidade escolar, incluindo sua história, missão e dados institucionais, além de traçar um diagnóstico detalhado da realidade educacional e estabelecer diretrizes pedagógicas e administrativas que garantam um ensino de qualidade. O diagnóstico institucional contempla informações sobre os resultados finais do ano de 2025 quanto à frequência das crianças. A partir dessa análise, foram identificados pontos de atenção que orientam a formulação de estratégias pedagógicas e ações de intervenção no que tange à busca ativa.

A aplicação da Análise SWOT possibilitou uma visão estratégica da escola, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A partir desse levantamento, foram traçadas ações que potencializam os pontos fortes da instituição, minimizam os desafios internos, aproveitam oportunidades externas e enfrentam riscos que possam comprometer o desempenho educacional. Dessa forma, essa abordagem orienta um planejamento escolar mais eficiente e alinhado às necessidades da comunidade escolar.

O PPP também define objetivos gerais e específicos alinhados à missão das instituições de Educação Infantil e fundamentados nos princípios legais que regem a Educação Básica. O documento está em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece os princípios e fins da educação brasileira. Além disso, atende à Lei nº 11.274/2006, que regulamenta o ensino fundamental de nove anos com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, e à Lei nº 12.796/2013, que alterou a LDB para tornar obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos quatro anos de idade, incluindo a educação especial como modalidade a ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. O documento também está respaldado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que assegura os direitos dos estudantes no ambiente escolar.

A proposta curricular da instituição está organizada de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular para Goiás (DC-GO), o Plano Curricular Municipal (PCM) e as normativas do Conselho Municipal de Educação, garantindo que os Direitos de Aprendizagem sejam assegurados, por meio de propostas pautadas nos Eixos Estruturantes, quais sejam, as Brincadeiras e as Interações, voltadas ao desenvolvimento integral, com o intuito de que as crianças adquiram habilidades cognitivas, motoras, emocionais e psicossociais. Além disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é disponibilizado para garantir a inclusão e a equidade no ensino.

No que se refere à estrutura e ao funcionamento da instituição, o PPP descreve a organização administrativa e pedagógica, os espaços físicos, as instalações e os equipamentos disponíveis, a composição das turmas e a participação discente. Também apresenta as diretrizes do

regimento escolar e do conselho de classe, que regulam as práticas institucionais. A equipe de recursos humanos é detalhada, destacando a atuação de gestores, docentes, auxiliares administrativos e profissionais de serviços gerais na manutenção do funcionamento da escola. A avaliação do desempenho dos alunos segue critérios bem definidos, assegurando um acompanhamento contínuo da aprendizagem.

Por fim, o PPP apresenta o Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição, que sistematiza todas as iniciativas planejadas para o período de vigência do documento, garantindo o alinhamento das metas pedagógicas, a implementação de projetos institucionais e a efetivação de ações de intervenção educativa. Considerando a análise realizada, verifica-se que o Projeto Político Pedagógico desta instituição de Educação Infantil está devidamente estruturado, fundamentado nos princípios legais e pedagógicos vigentes e atende às exigências institucionais e educacionais para o ano letivo de 2026.

A aprovação do Projeto Político Pedagógico pela comunidade escolar evidencia a construção coletiva e participativa do documento, reforçando os princípios da gestão democrática e a autonomia institucional. Após a análise documental e a verificação do cumprimento das diretrizes pedagógicas e normativas, conclui-se que o projeto está devidamente estruturado e apto para implementação, garantindo a qualidade e a efetividade das ações educacionais propostas.